



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

ANA PAULA MIOTI GRILO

**DIAGNÓSTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA EDUCACIONAL
"JOVEM PERITO" NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS**

GOIÂNIA – GO

2024



ANA PAULA MIOTI GRILO

**DIAGNÓSTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA EDUCACIONAL
"JOVEM PERITO" NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação da Profa. Ma. Sophia Wiczorek Lobo.

GOIÂNIA – GO

2024

DIAGNÓSTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA EDUCACIONAL "JOVEM PERITO" NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS

DIAGNOSIS FOR IMPLEMENTATION OF THE "YOUNG EXPERT" EDUCATIONAL PROGRAM IN THE SCIENTIFIC POLICE OF GOIÁS

Ana Paula Mioti Grilo^{1*}
Sophia Wieczorek Lobo^{2**}

Este estudo objetivou investigar a factibilidade de execução, em nível de gestão estratégica institucional, de um programa educacional piloto, designado Programa Jovem Perito (PJP), no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC-GO). A cooperação interinstitucional entre entes da esfera pública foi apresentada como uma das práticas que os novos modelos de gestão apresentam como alternativas, visando mitigar problemas sociais complexos com mais eficiência. Nesse sentido, questionou-se haver viabilidade para implantação do PJP como um projeto da SPTC, à luz dos princípios da Gestão Pública Contemporânea. Através da revisão bibliográfica integrativa e da pesquisa documental, foram levantados os alicerces dos programas socioeducacionais de outras forças da segurança pública goianas que envolvem escola e comunidade, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar, do Programa Educacional Bombeiro Mirim do Corpo de Bombeiros Militar e do Programa Investigador Mirim da Polícia Civil. A pesquisa caracterizou-se como aplicada, com abordagem qualitativa, comparativa, exploratória e utilizou-se do método de raciocínio dedutivo. Por fim, uma sessão de *brainstorming* foi conduzida com representantes da Gestão Estratégica da SPTC-GO, compilando-se os resultados em uma matriz SWOT. A metodologia 5W2H foi empregada na elaboração de uma proposta piloto para o programa. Concluiu-se haver tanto fatores internos quanto externos que possibilitam a execução do programa PJP.

Palavras-chave: Gestão pública contemporânea; Cooperação interinstitucional; 5W2H; Matriz SWOT; Políticas públicas.

Abstract: This study aimed to investigate the feasibility of executing, at the level of institutional strategic management, a pilot educational program, called *Programa Jovem Perito – PJP* (“Young Expert Program”), within the scope of the Technical-Scientific Police of Goiás (SPTC-GO). Interinstitutional cooperation between entities in the public sphere was presented as one of the practices that new management models present as alternatives, aiming to mitigate complex social problems more efficiently. In this sense, it was questioned whether it was viable to implement the PJP as a project for the SPTC, considering the principles of Contemporary Public Management. Through an integrative bibliographic review and documental research, the fundamentals upon are based the socio-educational programs of other public security forces in

^{1*} Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas (SP), com período sanduíche na Universidade de Roehampton, Londres, Reino Unido. Perita Criminal de 2ª Classe da Polícia Técnico-Científica de Goiás, onde coordena o Laboratório de Merceologia. Especializanda em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: anapmg@policiacientifica.go.gov.br.

^{2**} Graduada em Química pela Universidade de Brasília (UNB), com graduação sanduíche na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, Estados Unidos da América. Especialista em Produtos Naturais de Plantas e Derivados pela Unyleya e em Gestão de Projetos pela Faculdade da Indústria do Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Química da UnB com visita técnica à Universidade de Copenhagen, Dinamarca. Doutoranda em Química pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É atualmente perita criminal da Polícia Técnico-Científica de Goiás. Orientadora do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: sophia.wieczorek@gmail.com.

Goiás were obtained, such Drug Resistance Educational Program from Military Police, Young Firefighter Educational Program from Fire Department and Young Investigator from Civil Police. The research was characterized as applied, with a qualitative and comparative approach, an exploratory approach to objectives and a deductive reasoning method. Finally, a brainstorming session was conducted with representatives from the SPTC Superintendency and Teaching Coordination, compiling the results into a SWOT matrix. It was demonstrated that there are both internal and external factors that encourage the pursuit of the proposed objective. The 5W2H methodology was used to prepare a pilot proposal for the program. It was concluded that there are internal and external factors that make PJP feasible.

Keywords: Contemporary public management; Interinstitutional cooperation; 5W2H; SWOT matrix; Public policy.

INTRODUÇÃO

A essencialidade da Segurança para a própria condição humana, e o caráter emancipador e civilizatório da Educação, fazem com que tais conceitos figurem junto a outros inalienáveis direitos sociais que são assegurados, nominalmente, pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º (Brasil, 1988).

Há certa concepção popular de que escolarização e criminalidade são grandezas inversamente proporcionais. Um estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, contudo, em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, confirma que, a cada acréscimo de 1% de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, a taxa de homicídios na localidade é elevada em 2%, sendo que pessoas sem o ensino médio têm quase 16 vezes mais chances de serem assassinadas do que aquelas que possuem nível superior completo (Cerqueira, 2016).

Nesse sentido, ainda que a presença da polícia na escola seja sobremaneira um tema delicado e cercado de controvérsia, a própria noção de polícia comunitária a contrapõe: a necessidade objetiva de aproximação entre a polícia e a sociedade à qual ela serve fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições policiais do Estado (Sales; Alencar; Feitosa, 2009). Em alinhamento com os preceitos da Constituição Federal, de tutela dos bens vida e dignidade humana, corporações de diversas Secretarias de Segurança Pública (SSP) do país vêm implementando, ao longo das últimas décadas, intervenções socioeducacionais em ambiente escolar.

Considerando o caráter predominantemente técnico-científico da atividade pericial, tem-se um aspecto pedagógico adicional em sua prática, que é o do uso da ciência para a solução de crimes. Assim, faz-se necessário e frequente o retorno às origens, ou seja, ao ambiente

acadêmico e às salas de aula (Rodrigues; Silva; Truzzi, 2010). Também pode-se dizer que a recíproca é verdadeira: o interesse pela atividade pericial e médico-legal se popularizou nas últimas décadas, sobretudo devido ao sucesso de séries de TV como *CSI: Crime Scene Investigation* e *Dexter*. Existindo demanda para esse tipo de conteúdo e, havendo ainda diferentes exemplos de ações pedagógicas bem-sucedidas na temática forense (Silva; Rosa, 2013; Dias Filho; Antedomenico, 2010), apresenta-se a oportunidade de a Polícia Científica de Goiás preencher essa lacuna estratégica, ocupando o espaço de difusora do conhecimento, aproximando-se do povo goiano a quem ela serve, formando uma identidade cidadã junto às novas gerações.

A Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás (SPTC-GO), dado seu histórico orgânico, apenas recentemente adotou como valor a profissionalização de sua gestão como uma corporação policial (Goiás, 2022). Nesse contexto, a inserção de um programa socioeducacional em seu rol de atividades representaria um movimento de aproximação da instituição junto aos cidadãos a quem presta serviço, representando potencial publicidade positiva no contexto institucional.

É nessa seara em que a Gestão Pública Contemporânea (GPC) se insere, uma vez que, diferentemente do modelo burocrático, o modelo gerencial de administração é voltado para o atendimento do usuário-cidadão, ao invés de ser focada em seus próprios processos (Pereira, 1998). A flexibilização favorecida pela sua implementação viabiliza a existência de uma administração pública orientada, também, para resultados. Assim, o Estado pode maximizar sua eficácia sem comprometer seus processos ou resultados, possibilitando que ocorram redes de cooperação entre órgãos públicos, além de propiciar maior permeabilidade à participação do cidadão (Inojosa, 1998).

É possível, portanto, que a referida lacuna estratégica observada seja preenchida por um projeto socioeducacional piloto, a ser denominado “Programa Jovem Perito” (PJP), de modo que o problema a ser respondido por este trabalho foi: há viabilidade na implantação do PJP no âmbito Polícia Científica de Goiás, à luz dos princípios da Gestão Pública Contemporânea?

Cumprir destacar o alinhamento do PJP com os valores e políticas institucionais do Plano Estratégico da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), para o decênio 2022-2031, com destaque para sua responsabilidade social e gestão participativa, a busca por processos educativos e qualificação profissional com conhecimento científico, além de sua política de parcerias com outras instituições públicas e com a sociedade organizada (Goiás, 2022).

Estudos demonstram que o desempenho econômico de uma nação perpassa, necessariamente, pela educação (Ribeiro; Souza, 2020). Considerando, ainda, que o custo médio mensal para se manter uma pessoa encarcerada no Brasil é de quase quatro vezes o valor médio despendido por mês com um estudante da rede de ensino básico (Botelho, 2022), o impacto potencial de qualquer política pública de acesso ou incentivo à educação deve reverberar, também, no âmbito da segurança pública brasileira.

Com o intuito de fomentar a divulgação científica no ambiente policial, buscou-se avaliar as diretrizes dos principais programas educacionais das forças coirmãs de segurança pública em Goiás: Programa Educacional Bombeiro Mirim (PROEBOM), do Corpo de Bombeiros Militar (CBMGO); do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), da Polícia Militar (PMGO); e do Programa Investigador Mirim (PIM), da Polícia Civil (PCGO). Assim, levantou-se elementos basilares para subsidiar uma proposta de ação socioeducacional que vise à divulgação científica do trabalho pericial, fortalecendo o conceito de *justitia per scientia*² junto aos protagonistas do amanhã.

A pesquisa tem natureza aplicada e comparativa, tendo adotado a abordagem qualitativa e o método de raciocínio dedutivo. Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória, ao permitir ao pesquisador encontrar a solução de problemas sobre temas que ainda são pouco conhecidos. Empregando os procedimentos técnicos de revisão bibliográfica e pesquisa documental, o trabalho objetivou o *benchmarking*³ dos elementos fundamentais que norteiam os principais programas educacionais das forças de segurança de Goiás. O levantamento de dados, por meio de sessão de *brainstorming*⁴ com a alta gestão da SPTC, objetivou discutir o resultado comparativo para o desenvolvimento de um programa semelhante na instituição, tendo sido aplicada a matriz SWOT⁵ na compilação dos dados obtidos, além do uso da ferramenta 5W2H como inspiração metodológica para a proposição de um projeto piloto no âmbito da SPTC-GO.

Em vista disso, o presente trabalho se desenvolveu em três capítulos. O primeiro capítulo introduziu conceitos de gestão pública contemporânea, de redes de cooperação, e de iniciativas que aproximam segurança e educação. A segunda seção apresentou um panorama dos três principais programas educacionais das forças da SSP-GO, destacando-se pontos considerados estratégicos para o sucesso de cada projeto. Por fim, o terceiro capítulo compilou

² Justiça pela ciência (tradução livre).

³ Ponto de referência (tradução livre).

⁴ Chuva de ideias (tradução livre).

⁵ Sigla do inglês *Strength, Weaknesses, Opportunities, Threats*, ou Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças (tradução livre).

os principais dados obtidos da sessão de *brainstorming* em uma matriz SWOT, que subsidia um plano de ação piloto, concebido com a aplicação do 5W2H, para a implementação do Programa Jovem Perito.

1 O NOVO SEMPRE VEM

A discussão sobre novas formas de gerenciar a *res* pública no Brasil tem ganhado destaque nos últimos anos, buscando aprimorar a administração do Estado e fortalecer a conexão entre o governo e a sociedade civil. Esses novos modelos visam romper com os aspectos burocráticos da gestão, incentivando a criação de redes públicas de cooperação entre diferentes setores. A intersectorialidade é um novo paradigma que promove a participação ativa e a integração de diversos setores na solução de problemas sociais complexos, reconhecendo a diversidade e as necessidades específicas de indivíduos e grupos, e propondo políticas mais abrangentes e integradas (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020).

1.1 Gestão Pública Contemporânea e a cooperação interinstitucional

A Gestão Pública Contemporânea (GPC) é uma abordagem moderna para a administração pública que enfatiza a eficiência, a eficácia e a responsabilidade. Ela busca melhorar a prestação de serviços públicos através da inovação, da transparência e da participação cidadã. A Gestão Pública Contemporânea também reconhece a importância da colaboração e da cooperação entre diferentes setores e níveis de governo (Araújo, 2022).

Nesse sentido, o movimento gerencialista se caracterizou nas últimas décadas como resposta às limitações percebidas na administração pública tradicional, pouco eficaz e eficiente na obtenção de resultados. Subsequentemente, com o movimento pós-NPM⁶, há o reconhecimento de que, embora a eficiência e a eficácia sejam importantes, não se trata dos únicos critérios pelos quais o sucesso da administração pública deva ser avaliado, enfatizando a importância de se criar um modelo gerencial que promova os princípios da equidade, da justiça social e da sustentabilidade (Cavalcante, 2017).

Cavalcante (2017) aborda as tendências em termos de princípios e diretrizes de gestão, bem como as transformações que permearam a administração pública nas últimas décadas. Ele observa que a literatura converge para a percepção de que os princípios e as diretrizes de gestão

⁶ Sigla do inglês *New Public Management*, ou Novo Gerenciamento Público (tradução livre).

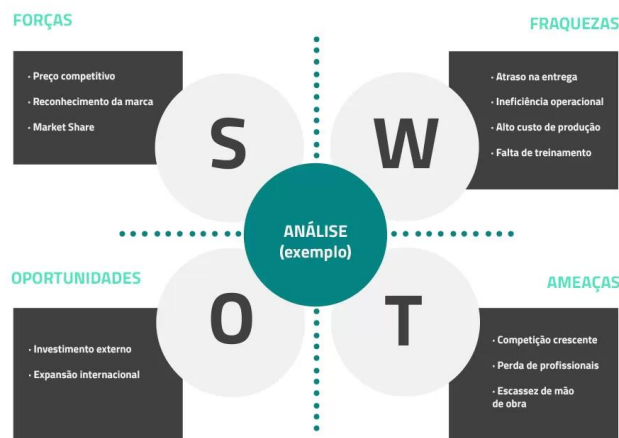
pós-NPM constituem um processo mais de continuidade ou crescimento do que propriamente ruptura com o paradigma anterior. O movimento gerencialista, ainda que marcado pelo foco na eficiência, na eficácia e na responsabilidade, também enfrentou críticas por sua ênfase excessiva nos aspectos econômicos em detrimento dos socioambientais.

A intersectorialidade, com sua abordagem holística e baseada em princípios colaborativos, tem o potencial de produzir resultados mais positivos e sustentáveis, enfrentando de maneira mais eficiente as questões sociais que impactam a população brasileira (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020), sendo, portanto, um conceito-chave na Gestão Pública Contemporânea.

Inojosa (1998) discute a modelagem da organização do governo para produzir e entregar serviços à sociedade, e a mudança do paradigma frente ao atual modelo. Argumenta-se que a intersectorialidade é vista como uma alternativa de configuração, baseada na perspectiva da ação intersectorial e orientada para a promoção do desenvolvimento social.

As práticas de GPC se apresentam cada vez mais alinhadas com a utilização de ferramentas de gestão estratégica empregadas no ambiente corporativo, tais como a matriz SWOT (figura 1). A sigla origina-se do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*, e visa classificar itens em dicotomias opostas como sendo Forças (*Strengths*) vs. Fraquezas (*Weaknesses*), para o caso de aspectos diferenciais que partam da própria entidade (internos), ou como Oportunidades (*Opportunities*) vs. Ameaças (*Threats*), em se tratando de assuntos relacionados com o ambiente externo à instituição (Teoli; Sanvictores; An, 2019).

Figura 1 – Exemplo de análise pela matriz SWOT



Fonte: Adaptado de Qualyteam (2022)

A metodologia 5W2H (figura 2) também figura como uma relevante ferramenta de planejamento estratégico. Segundo o Sebrae (2008), 5W2H é uma sigla que compila e orienta

sete questionamentos, em inglês, que podem ser utilizados na elaboração de um projeto, dos quais cinco são iniciados pela letra W (do inglês *what, why, who, where, when*; o que, por que, quem, onde, quando, respectivamente), e outros dois pela letra H (do inglês *how, how much*; como, quanto, respectivamente), sendo particularmente útil na definição de metas claras e alcançáveis, na atribuição de responsabilidades e na identificação de recursos necessários, em consonância com os princípios da Gestão Pública Contemporânea de eficiência, eficácia e responsabilidade.

Figura 2 – Exemplo de análise pela ferramenta de gestão 5W2H



Fonte: Qalyteam (2017)

1.2 Segurança e Educação andam juntas

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu Art. 53, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990). No entanto, Santos e Cruz (2023) demonstraram a realidade de discentes com defasagem de conhecimentos fundamentais. Assim, há a demanda de recomposição de lacunas de aprendizagens através da implementação de políticas públicas educacionais direcionadas a subverter a precarização da educação brasileira, assegurando o direito fundamental social que é a educação de forma equitativa.

Os programas educacionais realizados pelas forças de Segurança Pública no Brasil são exemplos práticos da aplicação do conceito de intersetorialidade na esfera pública. Essas iniciativas refletem uma estratégia colaborativa em que diferentes atores da sociedade, incluindo instituições governamentais, escolas e comunidades, unem esforços para promover a

educação e a cidadania. Através desses programas, as forças de segurança atuam não apenas no combate à criminalidade, mas também como agentes de transformação social, contribuindo para a formação de jovens conscientes e preparados para lidar com desafios contemporâneos. Essa abordagem integrada e cooperativa visa à sinergia entre diferentes setores para alcançar objetivos comuns e fortalecer a sociedade civil.

Em relação ao método de enfrentamento à crescente criminalidade a ser adotado, Cerqueira (2016, p. 32-33) afirma que

Duas teorias têm tomado o centro do debate sobre as causas da hipercriminalidade brasileira. De um lado, há os defensores da teoria das portas fechadas, para quem o fenômeno resulta da impunidade, da ausência de leis duras e da baixa taxa de encarceramento. De outro lado, há os que advogam pela necessidade de se abrir portas para que as crianças e os jovens de hoje em situação de vulnerabilidade socioeconômica não sejam os criminosos de amanhã. De acordo com essa visão, a prevenção ao crime nasce com o correto processo de orientação, supervisão e educação, desde a primeira infância, e segue com o oferecimento de boas oportunidades educacionais no ensino básico, que faça estreitar os elos de concordância dos valores individuais com os valores da cidadania, ao mesmo tempo em que possibilita aos jovens melhores inserções no mercado de trabalho (Grifo nosso).

No contexto da segurança pública, mesmo com a premissa de combater os efeitos da criminalidade de modo direto, as instituições policiais também têm adotado iniciativas socioeducativas que refletem a filosofia das “portas abertas”, implementando programas educacionais nas escolas que visam mitigar, também, as causas da violência. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), por exemplo, envolve policiais militares como instrutores em salas de aula, preparando estudantes para resistir a comportamentos nocivos relacionados à oferta e uso de substâncias psicoativas.

O programa surge como uma iniciativa da Polícia Militar do Rio de Janeiro que, em 1992, reproduziu um modelo concebido nos Estados Unidos na década anterior, o Educação para Resistência ao Abuso de Drogas (do inglês, *Drug Abuse Resistance Education* - DARE). Esse modelo viria a ser replicado por dezenas de países pelo mundo (Lins, 2009), evidenciando, assim, o sucesso que parcerias entre Segurança e Educação podem alcançar, quando se há respeito mútuo pelas peculiaridades de cada qual.

Além da Polícia Militar, os Corpos de Bombeiros Militares em todo o Brasil também desenvolvem projetos socioeducacionais dedicados a crianças e adolescentes. Segundo Lima (2016), o Projeto Cão Guia e o Projeto Proteção Civil nas Escolas são ambos conduzidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); serviços médicos e odontológicos são oferecidos durante o verão pelo Corpo de Bombeiros de Rondônia (CBMRO); treinamento

de comunidades para atuarem em emergências são realizados pela corporação de Santa Catarina (CBMSC); visitas a hospitais são realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Tocantins (CBMTO). Essas iniciativas destacam o papel multifacetado dessas instituições na sociedade, indo além de suas funções tradicionais de combate a incêndios e salvamentos.

Depreende-se, portanto, que um projeto socioeducacional, de caráter intersetorial, que posicione a Polícia Técnico-Científica de Goiás (PTC-GO) dentro das escolas pode, também, ser uma estratégia eficaz de apoio ao processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, sobretudo com o retorno às aulas presenciais após a pandemia da COVID-19.

2 PROGRAMAS EDUCACIONAIS NAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS

No ambiente empresarial, a análise de *benchmarking* é uma atividade bastante difundida, e que também pode ter aplicações efetivas no setor público (Magd; Curry, 2003). Valendo-se de suas premissas, realizou-se um levantamento de informações de interesse estratégico e tático-operacional acerca do Programa Educacional Bombeiro Mirim (PROEBOM), do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO), do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), conforme conduzido pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), e do Programa Investigador Mirim (PIM), da Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO), tendo por finalidade aprender com as práticas já desempenhadas, com sucesso, em outras instituições goianas do escopo policial.

A pesquisa bibliográfica para compreensão acerca dos programas educacionais das forças de segurança foi realizada para os anos de 2020 a 2024 em Goiás. Foram utilizadas diferentes combinações dos descritores “investigador mirim”, “bombeiro mirim”, “PROERD”, “PROEBOM” e “Goiás”. Observou-se previamente, ainda, que a sigla “PIM” é relativamente comum, sendo amplamente difundida na internet. Entretanto, sua utilização em referência ao programa educacional da PCGO não ocorre sem a presença do descritor “investigador mirim”, de modo que a sigla do programa não foi utilizada enquanto descritor na pesquisa.

Dentre os fatores de exclusão dos trabalhos encontrados, considerou-se, a princípio e em ordem decrescente de importância: incapacidade de responder à pergunta norteadora; fora da delimitação geográfica do estado de Goiás; fora do recorte temporal proposto; trabalhos de conclusão de curso. Muitos dos artigos localizados pela combinação de descritores apresentaram-se não-relacionados ao tema policial ou ao tema de programa educacional para crianças e adolescentes com potencial para a transformação social.

Em vista da escassez bibliográfica a respeito do PIM, utilizou-se da pesquisa documental para levantamento de informações. Foi realizada solicitação de compartilhamento de conteúdo, por meio do processo SEI nº 202400016012630, à Divisão de Ações Sociais e Direitos Humanos da Escola Superior da Polícia Civil (ESPC) de Goiás (Goiás, 2024a).

O PROERD é gerido pela Polícia Militar de cada estado, que seleciona policiais com perfil de competências voltados à mudança social e com a interação com a comunidade (Rateke, 2006). Pautado em aprendizagem socioemocional, o programa provê informações acerca das drogas, articula a tomada de decisão, desenvolve a autoestima das crianças, o que tende a proporcionar a conscientização do panorama da violência inculcada no tema, diminuindo a influência do crime organizado que alicia menores para o tráfico. Atualmente, o programa socioeducacional está consolidado na realidade escolar brasileira, presente em todos os estados e no Distrito Federal (Polícia Militar, s.d.).

Em Goiás, o programa foi instituído através do Decreto nº 4.877/1998 (Goiás, 1998), tendo completado 25 anos no estado em 2023 (Polícia Militar, 2023). Nesse intervalo, já são mais de um milhão de crianças e adolescentes formados pelo PROERD em solo goiano, e embora existam ações voltadas para a pré-escola, ensino médio e material para os pais, o foco é a atuação vinculada do 5º ao 7º ano do ensino fundamental, contemplando crianças entre 9 e 12 anos, idade considerada de aprofundamento do pensamento crítico e leitura de mundo, além de configurar período altamente vulnerável para o aliciamento, segundo dados da corporação. Em 2022, foram atendidos quase 15 mil jovens no estado de Goiás (Polícia Militar, 2023).

O Programa Educacional Bombeiro Mirim (PROEBOM), por sua vez, é uma iniciativa do Corpo de Bombeiros Militar (CBMGO), e tem como meta a educação integral de crianças e adolescentes. De acordo com Leite (2014), o programa não se limita a ensinar sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros, mas também incute valores essenciais como cidadania, solidariedade e responsabilidade social.

O PROEBOM oferece atividades educacionais e interativas, incluindo palestras e aulas práticas sobre segurança contra incêndios, conservação ambiental e primeiros socorros, promovendo a integração comunitária e o engajamento em iniciativas de bem-estar coletivo. Assim, procura fortalecer a capacidade dos jovens de agir de forma prudente e segura em emergências, contribuindo para uma sociedade mais protegida e unida (Leite, 2014).

Cumprido salientar que, embora o PROEBOM atenda a crianças na faixa dos 9 aos 11 anos de idade, conforme descrito em edital de lançamento do programa mais recente (Goiás, 2024b), seu projeto inicial foi pensado e desenvolvido para jovens de 11 a 15 anos, havendo constantes adequações de faixa etária desde sua concepção. Desde sua primeira edição em

Caldas Novas, em 1997, o programa alcançou no estado a marca de 13.875 estudantes contemplados até 2023, havendo 1.712 matriculados para o programa mais recente, de 2024 (Goiás, 2024b). Nos últimos cinco anos, foram alocados cerca de três milhões de reais em investimentos com estrutura e ações anuais do programa, sendo que somente em 2020 não foram abertas novas turmas, em virtude da pandemia da COVID-19 (Goiás, 2024c).

O Programa Investigador Mirim (PIM), ação social da Polícia Civil de Goiás (PCGO), conforme descrito por Costa (2020), emerge inspirado em iniciativas regionais similares, a exemplo do PROEBOM e da Guarda Mirim. Instituído pela Lei nº 19.864/2017 (Goiás, 2017), o PIM é direcionado a crianças de 8 a 11 anos de idade, e busca integrar a Polícia Civil às escolas e à comunidade. Seus objetivos são promover a paz social, oferecer atividades educativas e lúdicas, e orientar sobre ética, cidadania e prevenção ao uso de drogas (Costa, 2020). Desenvolvido pela Delegacia-Geral da Polícia Civil, em colaboração com prefeituras e ONGs, o programa proporciona reforço escolar e atividades educativas sob a supervisão da Escola Superior da Polícia Civil, contando com a participação de policiais civis e especialistas da saúde e educação (Costa, 2020).

Quanto a Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, em observação à Portaria nº 07/2021 da SPTC, a qual instituiu a criação da Coordenação de Ensino da Polícia Técnico-Científica (CEPTC), o seu Art. 7º, inciso VIII, determina competir à Coordenação de Estágio e Extensão a função de “regulamentar, coordenar e controlar as atividades do Programa Perito Mirim” (Goiás, 2021). Tal inciso denota intenção antiga da PTC-GO de realizar, também ela, atividades educativas voltadas ao público mais jovem.


Considerando-se que a PTC-GO não é uma entidade autárquica, havendo de ser submetida aos princípios norteadores consignados no Planejamento Estratégico vigente da SSP-GO, observa-se que a congruência do projeto com a secretaria acerca de parcerias, responsabilidade social e aprimoramento científico e educativo (Goiás, 2022) possibilitaria cooperações interinstitucionais, tanto na esfera pública quanto em colaborações público-privadas, visando à captação de recursos humanos, financeiros e materiais.

Salienta-se, ainda, que em análise do último Plano Plurianual (PPA) do Estado de Goiás, para o quadriênio 2024 a 2027, observa-se que o Programa Jovem Perito encontraria respaldo na esfera do programa “1052 - Jovens de Futuro”, iniciativa recém-implementada pela atual administração estadual.

Destaca-se a estimativa de custeio de atividades da PMGO, com sua “gestão da iniciativa de prevenção e repressão ao crime contra crianças e jovens”, bem como do CBMGO (“aluno do Programa Educacional Bombeiro Mirim - PROEBOM formado”), de modo que a

realização de programas socioeducacionais, que visem à formação cidadã de jovens e adolescentes, por corporações da segurança pública goiana é uma das políticas públicas alinhadas com a atual gestão estadual, previstas no orçamento quadrienal atual do Estado de Goiás. Esses dados encontram-se ilustrados na figura 3.

Figura 3 – Descrição do programa social Jovens de Futuro, incluído no PPA 2024-2027 de Goiás

|  Estado de Goiás Anexo Único | |
|--|---|
| 1052 - JOVENS DE FUTURO | |
| EIXO: GOIÁS SOCIAL | OBJETIVO: PROTEÇÃO SOCIAL |
| DESCRIÇÃO: | O programa compreende iniciativas de promoção de oportunidades de aprendizagem a jovens e de prevenção à exposição precoce destes jovens à criminalidade. |
| RESULTADO ESPERADO: | Ampliar a oferta de oportunidades de estudo e de início da carreira profissional para jovens entre 15 a 29 anos, com foco nos que estão em famílias caracterizadas como de baixa renda. |
| TESOURO / RECURSOS PRÓPRIOS: | 558.247.226,67 |
| OUTROS RECURSOS PREVISTOS: | 0,00 |
| RELAÇÃO DE PRODUTOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL | |
| ÓRGÃO RESPONSÁVEL | NOME PRODUTO |
| PM | GESTÃO DA INICIATIVA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME CONTRA CRIANÇAS E JOVENS |
| CBM | ALUNO DO PROGRAMA EDUCACIONAL BOMBEIRO MIRIM - PROEBOM FORMADO |
| SECSOCIAL | ADOLESCENTE APRENDIZ BENEFICIADO COM AUXÍLIO FINANCEIRO |
| SECSOCIAL | VAGA A ADOLESCENTE APRENDIZ DISPONIBILIZADA |
| SECSOCIAL | CAMPANHAS, EVENTOS E AÇÕES DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE |

Fonte: Goiás (2024d, p. 169).

Instituído pela Lei nº 14.469/2003 (Goiás, 2003), o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS

(...) destina-se a provisionar recursos financeiros às unidades orçamentárias executoras de programas sociais, para viabilizar à população goiana menos favorecida o acesso a níveis dignos de subsistência, por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas ou ações de relevante interesse social (Goiás, 2003).

Observando-se que um dos pré-requisitos para se pleitear amparo financeiro ao Protege Goiás seja o enquadramento com o PPA vigente, cláusula essa observada no Formulário de Submissão de Proposta do CBMGO para a efetivação do Bombeiro Mirim, edição 2024 (Goiás, 2023a), tem-se que a SPTC poderia, através da SSP-GO, intentar subsídios do Estado para a execução de um projeto socioeducacional piloto que seja bem estruturado, técnica e juridicamente.

Entretanto, em razão do Ofício Circular nº 261/2023 - SSP, o qual estabelece as diretrizes do novo Plano de Segurança Orgânica da SPTC (PSO–SPTC-GO) a serem observadas (Goiás, 2023b), o acesso às dependências interiores da instituição se encontra restrito a seus servidores, colaboradores e usuários externos com acesso justificado, de modo que um projeto de extensão não cumpriria com os requisitos mínimos para o livre ingresso dos estudantes às unidades de Polícia Científica dispostas pelo estado. Destarte, faz-se imperativo que a SPTC, através da secretaria à qual responde (SSP), encontrasse parcerias para a execução do projeto, que previssem a cessão de um espaço físico para a recepção dos estudantes, tanto para aulas teóricas, quanto um local aberto e seguro para atividades práticas.

Tendo em vista os três programas educacionais das forças policiais, e considerando a natureza dos encargos da SPTC, há possibilidade de articular atuação forense a conteúdos escolares. Ao avaliar o conteúdo do Documento Curricular para o Estado de Goiás (Goiás, 2018), sobretudo das disciplinas de Química, Física e Biologia, da etapa ensino médio, e tendo em vista, ainda, as experiências bem-sucedidas que tratam da perícia criminal no ensino básico (fundamental e médio), há uma lacuna a ser preenchida pela Polícia Científica de Goiás, valendo-se da prática intersetorial para a melhoria contínua. O estudo comparativo encontra-se resumido no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo comparativo entre os programas pesquisados.

| Programa | PROERD | | PROEBOM | | PIM | |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|---------|
| | 1998 | 2023 | 1997 | 2023 | 2017 | 2023 |
| Situação | Criação | Ativo | Criação | Ativo | Criação | Inativo |
| Abrangência | 3 municípios | 27 municípios | 9º BBM / Caldas Novas | Estadual | ESPC (Goiânia) | *** |
| Duração | *** | 4 meses | 15 dias | 8 meses (248 h/a) | 379 h/a (2019) | *** |
| Faixa etária | 9 a 12 anos | 9 a 12 anos | 11 a 15 anos | 9 a 11 anos | 8 a 11 anos | *** |
| Público atendido | 3.400 | 27.079 | 120 | 1.450 | 35 | *** |
| Parceria | *** | *** | Prefeitura Municipal | Fundo Protege | *** | *** |
| Orçamento | *** | *** | *** | R\$ 947.389,27 | *** | *** |
| Instrutores | 9 | 29 | *** | 120 | 25 | *** |
| Critério de seleção | Escolas atendidas | Escolas atendidas | *** | Sorteio | Processo seletivo | *** |

Fonte: Autoria própria (2024).

É necessário salientar que as células com asteriscos representam informações que não puderam ser obtidas ou confirmadas, ou que inexistem, no caso do PIM em 2023, que se

encontrava inativo. Destaca-se o ajuste da faixa etária na experiência do PROEBOM, e a tendência de expansão de cada programa, sendo observado que o crescimento de público atendido pelo PROERD foi de quase oito vezes, e o do PROEBOM de mais de doze vezes. Isso coaduna com a perspectiva de interesse comunitário na prevenção primária ao crime sendo mais efetiva e barata, como destaca Zago (2021), considerando a importância do planejamento e integração das atividades intersetoriais.

3 PROGRAMA JOVEM PERITO

Com os dados comparados apresentados no quadro 1, realizou-se uma sessão de *brainstorming*⁷ com representantes da Gestão Estratégica da SPTC, para avaliar a viabilidade de aplicação do programa educacional Jovem Perito na instituição. A proposta de projeto, resultante da pesquisa, se encontra nos elementos pós-textuais (apêndice A). Aos participantes foi resguardado o sigilo através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B), sendo tratados somente os dados decorrentes da sessão. Esses foram compilados em matriz SWOT, para ponderação das pontuações e avaliação quanto aos caminhos a serem tomados para sua concepção.

A figura 4 elenca os fatores de âmbito interno à SPTC, atribuindo valores de força, fraqueza ou neutralidade em relação ao que a instituição tem a contribuir perante o PJP. Nota-se que, em termos de neutralidade, consta a impossibilidade de utilização dos espaços e equipamentos institucionais. Cumpre destacar, aqui, a compreensão da necessária utilização de insumos do escopo pericial durante um eventual programa piloto; a classificação atribuída como “insignificante” denota que a impossibilidade de *cessão* desses materiais, sem uma prévia previsão orçamentária por parte da Gestão Estratégica, não é fator que impacta de modo a prejudicar a ocorrência do PJP.

Destaca-se, entre as fraquezas, os pormenores relativos aos instrutores, seja no aspecto de sua própria formação para a aplicação das oficinas, seja da compensação financeira (não prevista), ou da obrigatoriedade de atuação no programa em regime ordinário de serviço, o que poderia acarretar transtornos institucionais, com a retirada do servidor de sua atividade-fim. Em relação à parceria a ser proposta à SEDUC, a concessão de um espaço seu, dentro da seara da Educação, que possa abarcar o projeto, além de se mostrar um movimento em harmonia com

⁷ Trata-se de ferramenta que auxilia na tomada de decisão, através da livre exposição de ideias em sessões em grupo, sendo muito utilizada no ambiente corporativo (Rawlinson, 2017).

os preceitos da GPC, também resolveria quaisquer questões éticas ou burocráticas que pudessem vir a ser levantadas. Ademais, a celebração de um convênio da SSP com a Secretaria de Educação poderia prever a capacitação pedagógica dos servidores atuantes no projeto.

É entre as forças da entidade que se percebe como os alinhamentos internos da SPTC ressoam junto ao disposto no PPA 2024-2027, o que é fundamental, inclusive, na perspectiva do aporte monetário que poderia vir a ser requisitado através do Fundo Protege Goiás, solucionando as restrições orçamentárias observadas. Também há interesse manifesto e previsto no desenvolvimento de atividade em âmbito educacional, aproximando a SPTC da população do estado, fortalecendo a comunidade escolar, havendo disposição em criar mecanismos que estimulem os servidores a participarem do PJP, mediante compensação prevista de carga horária, pontuação para promoção por merecimento, além de homenagens e premiações a seus instrutores.

Figura 4 – Análise diagnóstica dos fatores internos ao PJP

| | Atendimento | Importância | Pontuação | Análise |
|--|----------------------|------------------|-----------|----------|
| Alinhamento com interesses da Superintendência | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Prioridade a curto prazo | Não atende | Insignificante | 0 | NEUTRO |
| "Perito Mirim" já previsto na Portaria nº 07/SPTC/2021-SSP | Atende totalmente | Importante | 8 | FORÇA |
| Fator ineditismo acadêmico | Atende totalmente | Importante | 8 | FORÇA |
| Política vigente de cooperação entre SSP e SEDUC | Não atende | Importante | -8 | FRAQUEZA |
| Utilização dos espaços institucionais | Não atende | Insignificante | 0 | NEUTRO |
| Utilização de equipamentos e insumos | Não atende | Insignificante | 0 | NEUTRO |
| Capacitação dos instrutores | Não atende | Muito importante | -10 | FRAQUEZA |
| Orçamento próprio destinável | Não atende | Muito importante | -10 | FRAQUEZA |
| Possibilidade de atividades voluntárias dos servidores | Não atende | Importante | -8 | FRAQUEZA |
| Possibilidade de incentivos e homenagens aos instrutores | Atende totalmente | Importante | 8 | FORÇA |
| Compensação financeira para instrutores | Não atende | Importante | -8 | FRAQUEZA |
| Compensação de carga horária para instrutores | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Adequação ao PPA 2024-2027 do Estado | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Coordenadoria de Ensino própria | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Coordenadoria de Comunicação própria | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Quantitativo de servidores de quadro próprio | Atende razoavelmente | Muito importante | 5 | FORÇA |
| Adequação aos requisitos do Fundo Protege Goiás | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Alinhamento com planejamento estratégico da SSP-GO | Atende totalmente | Muito importante | 10 | FORÇA |
| Possibilidade de atuação fora do horário ordinário de trabalho | Não atende | Importante | -8 | FRAQUEZA |
| | | | 47 | |

Fonte: Autoria própria (2024).

Ao tratar dos fatores externos, foi atribuído como “neutro” o interesse comunitário por tal temática pois, ainda que tenha havido recente crescimento da Polícia Técnico-Científica de Goiás em plataformas de mídias sociais, e que a identidade visual da SPTC tenha sido normatizada por meio da Portaria 056/2020 (Goiás, 2020), não há, ainda, estudos longitudinais ou transversais sobre a percepção da sociedade acerca da instituição, ou do impacto da adoção de tais políticas na perspectiva comunitária.

Elementos classificados como favoráveis nos programas das outras forças, tais como incentivos governamentais na área da segurança pública e a possibilidade de captação de

recursos via entidades de classe, denotam convergência no sentido de uma efetiva implementação do PJP. A entrada iminente dos novos servidores policiais, aprovados no último concurso público, é uma adição importante ao corpo técnico da SPTC-GO, e que poderia vir a respaldar a efetivação do PJP, atenuando-se os impactos esperados do remanejamento de Peritos Oficiais de suas atividades ordinárias.

A figura 5 ilustra o panorama externo favorável à aplicabilidade do projeto proposto. No entanto, considerou-se uma ameaça significativa a dependência da SPTC de parceiros, tais como a SSP, à qual a SPTC responde diretamente, de modo que a carência de autonomia da entidade poderia dificultar, ou mesmo inviabilizar o programa. Ainda, caso a SSP aceite, mas não haja interesse da SEDUC em participar do projeto, este poderia acabar restrito a escolas privadas, o que reduziria sobremaneira a abrangência social do programa. Por fim, ainda que a falta de normatização constitucional das instituições periciais seja um fator negativo histórico, o momento de tramitação da PEC 76/2019, que inclui as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública do país se mostra favorável (Brasil, 2019).

Figura 5 – Quadro que compila os Fatores Externos na análise pela matriz SWOT

| | Momento | Importância | Pontuação | Análise |
|---|-----------|------------------|-----------|--------------|
| Interesse da comunidade pela temática | Neutro | Insignificante | 0 | NEUTRO |
| Captação de recursos via entidades de classe | Favorável | Muito importante | 10 | OPORTUNIDADE |
| Estabilidade política | Favorável | Importante | 8 | OPORTUNIDADE |
| Incentivos do governo na área da segurança pública | Favorável | Muito importante | 10 | OPORTUNIDADE |
| Exemplos de sucesso nas coirmãs | Favorável | Importante | 8 | OPORTUNIDADE |
| Integração entre as forças da SSP-GO | Favorável | Importante | 8 | OPORTUNIDADE |
| Entrada iminente de novos servidores policiais via concurso | Favorável | Muito importante | 10 | OPORTUNIDADE |
| Falta de normatização constitucional das Polícias Científicas | Neutro | Importante | -2 | AMEAÇA |
| Dependência dos parceiros | Neutro | Muito importante | -4 | AMEAÇA |
| PEC 76/2019 | Favorável | Importante | 8 | OPORTUNIDADE |
| | | | 56 | |

Fonte: Autoria própria (2024).

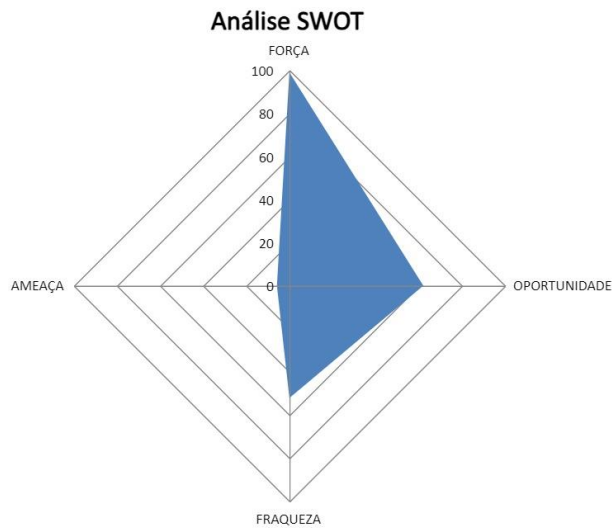
Quanto à análise gráfica de ponderação da matriz SWOT, tem-se a plotagem dos valores numéricos das atribuições resultantes da combinação de duas variáveis: “atendimento” com “importância”, para se avaliar fatores internos, o que resulta em força, fraqueza ou neutralidade; e “momento” com “importância”, para se qualificar fatores externos em ameaça, oportunidade ou neutralidade. A figura 6 apresenta a relação completa dos parâmetros utilizados na análise, e a figura 7 traz a representação gráfica da matriz SWOT da pesquisa.

Figura 6 – Combinações de critérios considerados para cada das pontuações atribuídas - fatores internos (à esquerda) e fatores externos (à direita)

| Parâmetros | | | Parâmetros | | |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-------------------------------|-----------|--------------|
| Critérios | Pontuação | Resultado | Critérios | Pontuação | Resultado |
| Não atende-Insignificante | 0 | NEUTRO | Insignificante-Desfavorável | 0 | NEUTRO |
| Não atende-Importante | -8 | FRAQUEZA | Insignificante-Neutro | 0 | NEUTRO |
| Não atende-Muito importante | -10 | FRAQUEZA | Insignificante-Favorável | 0 | NEUTRO |
| Atende razoavelmente-Insignificante | -5 | FRAQUEZA | Importante-Desfavorável | -8 | AMEAÇA |
| Atende razoavelmente-Importante | 2 | FORÇA | Importante-Neutro | -2 | AMEAÇA |
| Atende razoavelmente-Muito importante | 5 | FORÇA | Importante-Favorável | 8 | OPORTUNIDADE |
| Atende totalmente-Insignificante | -10 | FRAQUEZA | Muito Importante-Desfavorável | -10 | AMEAÇA |
| Atende totalmente-Importante | 8 | FORÇA | Muito Importante-Neutro | -4 | AMEAÇA |
| Atende totalmente-Muito importante | 10 | FORÇA | Muito Importante-Favorável | 10 | OPORTUNIDADE |

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 7 – Gráfico de ponderação de pontuações da matriz SWOT



Fonte: Autoria própria (2024).

Considerando-se o gráfico combinado às tabelas, é perceptível que os maiores desafios ao sucesso do PJP são os de escala operacional, sobretudo as carências de recursos humanos e orçamentária. Estrategicamente, a criação dessa nova interface da SPTC com a sociedade através dos estudantes está em harmonia com a proposta inicial da CEPTC, ainda que, por ora, seja mais voltado ao público adolescente, e menos ao infantil.

O fato de não haver uma prévia política de cooperação entre SSP e SEDUC poderia ser contornado mediante uma proposição de parceria, que seja vista como viável e benéfica tanto para a SSP, quanto para a SEDUC. Assim, o momento favorável para incentivos do governo na área da segurança pública pode se apresentar como fator que venha a impactar positivamente a decisão de ambas as secretarias. Outrossim, o próprio interesse comunitário pela temática pericial pode ser visto como inspiração para ações publicitárias por ambas as partes.

Após a matriz SWOT, a ferramenta de gestão de projetos 5W2H (quadro 2) foi, então, aplicada para a elaboração de uma proposta piloto para o PJP no âmbito da Polícia Científica de Goiás (apêndice A). Convertendo os sete questionamentos que dão nome ao método em uma estrutura similar àquela observada no Formulário de Submissão de Proposta ao Fundo Protege Goiás (Goiás, 2023a), trata-se de uma breve contextualização de como o programa poderá ser estruturado, relacionando aspectos centrais do trabalho forense aos conteúdos escolares definidos pelo currículo estadual. Consta, nesse apêndice, os detalhes acerca do andamento da execução piloto, das regras de participação dos envolvidos e das perspectivas orçamentária e de recursos humanos, sendo este, apenas, um exercício mental de possibilidades, resultante da pesquisa em si e de anos de vida profissional.

Quadro 2 – Plano de ação 5W2H

| O que? (What?) | Por quê? (Why?) | Onde? (Where?) | Quando? (When?) | Quem? (Who?) | Como? (How?) | Quanto?(How Much?) |
|--|--|------------------------------------|---------------------------------------|--|--|--|
| Implementar o Programa Jovem Perito (PJP) | Para instigar o interesse dos estudantes pelo método científico e promover o desenvolvimento do pensamento crítico | Na SEDUC | De abril a dezembro, a partir de 2025 | Estudantes vulneráveis, cursando o ensino médio na rede estadual de ensino | Através de encontros semanais com instrutores da SPTC, aplicando módulos disponíveis em apostila própria | Recursos do Tesouro (Fundo Protege) e Parceria Público-Privada |
| Capacitar instrutores da SPTC | Para garantir a qualidade do ensino e a aplicação correta dos módulos | Na SPTC | Antes do início do programa | Instrutores da SPTC | Através de treinamento específico | Dentro do orçamento do programa |
| Realizar avaliações formativas com os estudantes | Para promover pequenos ajustes em feedbacks positivos e embasar o índice de rendimento individual | No local de realização do programa | Durante o programa | Instrutores do PJP e estudantes | Através de verificações de aprendizagem | Dentro do orçamento do programa |
| Realizar reuniões bimestrais com pais e responsáveis | Para mensurar a satisfação dos alunos e avaliar a taxa de frequência mensal e notas bimestrais do aluno participante | No local de realização do programa | Bimestralmente e durante o programa | Instrutores do PJP, estudantes, pais e responsáveis | Através de reuniões presenciais | Dentro do orçamento do programa |

Fonte: Autoria própria (2024).

Com base nos dados compilados na matriz SWOT, o quadro 2 buscou organizar, em forma de 5W2H, as diretrizes para a execução, sobretudo, em nível tático-operacional do PJP. Os resultados observados sintetizam, em um plano de ação a implementação do programa, partindo de uma parceria vigente com a SEDUC que preceda sua propositura. Salienta-se, ainda,

que a capacitação de instrutores para o programa poderia ser conduzida pela própria SEDUC, atuando em parceria com a CEPTC.

Considerando o pleno desenvolvimento do PJP, o programa precisaria ser concebido em etapas, compreendendo uma primeira fase de elaboração do plano pedagógico do curso, do plano de disciplinas e do plano de aulas; um segundo estágio de aplicação do programa piloto; e uma terceira etapa de expansão. Ademais, a formalização de proposta para captação de recursos junto ao Fundo Protege Goiás, e/ou de patrocínio junto a entidades privadas, mostra-se uma exigência basilar para a viabilidade do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de um programa de fins educativos, com foco social e científico, integrado ao ambiente escolar da educação básica, e que conecta a SPTC-GO à população, criando uma interface, até então, inédita com a sociedade, se apresenta como uma oportunidade de impacto positivo. Isso se reflete tanto na imagem e reconhecimento institucional quanto na expansão do acesso ao conhecimento para jovens em situação de vulnerabilidade. Valores éticos, alinhados a conceitos técnico-científicos e pensamento crítico, são componentes fundamentais para formar não apenas um cidadão proativo, mas também para fomentar uma sociedade mais unida e menos violenta.

Os objetivos principais e secundários foram atingidos de formas que se complementam. Isso ocorreu tanto ao avaliar a necessidade, o interesse e a habilidade da SPTC-GO em relação ao tema, quanto ao analisar as práticas das coirmãs de segurança pública em Goiás. As técnicas de gestão de projetos, especificamente a matriz SWOT e a metodologia 5W2H, se provaram úteis para entender os desafios, estabelecer limitações e explorar possibilidades para a integração da SPTC em tal iniciativa social. A metodologia 5W2H, que serviu como base para a elaboração da proposta piloto, permitiu estabelecer respostas diretas e contextualizadas, favorecendo uma visão futura do material, seja para gestores na área da segurança ou da educação.

Os princípios da Gestão Pública Contemporânea fornecem a base para uma ação unificada e dinâmica, elementos essenciais para a atuação no ambiente educacional. Ao analisar os programas socioeducativos, nota-se que as forças de segurança interagem com segmentos de faixas etárias semelhantes entre si. Nesse contexto, o PJP buscaria jovens com uma idade média um pouco mais alta e mais próximos da maioridade. Isso também corresponde à necessidade de um maior aprofundamento nos temas a serem abordados em cada encontro, inerentes aos

próprios conteúdos e conceitos científicos associados, e sempre considerando sua iminente entrada no mercado de trabalho. Espera-se que o programa ofereça uma formação enriquecedora, voltada para a formação de indivíduos atentos ao cuidado integral de seu corpo, a suas relações pessoais, às normas de convivência coletiva e ao seu propósito de vida. Esses indivíduos poderão, efetivamente, contribuir para a manutenção de uma sociedade mais segura e acolhedora.

A análise dos dados documentais da experiência dos programas socioeducacionais das demais forças deixa claro seu objetivo comum de promoção da cidadania e desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. Uma ação como o PJP seria a versão da Polícia Científica de Goiás da construção de mentes cidadãs e curiosas, despertadas, questionadoras. A emancipação do indivíduo através do conhecimento é um legado que pode ser obtido explorando a curiosidade e a criatividade do jovem que quer entender como as coisas funcionam, e qual seu lugar no mundo.

A introdução da aplicação prática de conceitos científicos abstratos, aprendidos no currículo do ensino médio, pode ser uma estratégia eficaz para promover a alfabetização científica e criar uma sociedade mais justa e que valoriza a constante formação. O contato com uma proposta alternativa de aprendizado pode levar os aprendentes a obter um desempenho mais satisfatório no andamento da etapa ensino médio, reduzindo a evasão escolar e ampliando seu rendimento em avaliações formais, o que resoaria, indiretamente, nos índices de avaliação da educação básica do Estado.

Analisando as motivações e implicações do PJP, e as experiências entre perícia criminal e educação básica, deve-se mencionar que as investigações criminais instigam jovens. Destaca-se, ainda, a possibilidade de articulação entre toda a comunidade escolar, devido ao caráter essencialmente multidisciplinar da atividade forense, sobretudo das áreas das Ciências Naturais e Matemática.

Não obstante o trabalho do policial no PJP ser providencial para o sucesso do projeto, é imprescindível notar que uma implementação exitosa do programa requer apoio e comprometimento de todas as partes envolvidas, incluindo educadores, administradores escolares, pais e da própria Polícia Científica. Seja a promoção de valores e conhecimentos para o sujeito no processo formativo, seja a capacitação didática específica de servidores da SPTC, levando a profissionais mais capacitados no atendimento ao público, o processo como um todo é profícuo. A compreensão do nível de relevância que uma formação educacional sólida propõe para o crescimento de uma nação é trabalho escolar – e pericial – constante. Conciliar o grau

de exigência cognitiva de uma investigação forense com jovens em idade de tomada de decisões pode fomentar sonhos em mentes cidadãos.

Por fim, reforça-se a necessidade imperativa de mais desenvolvimento em pesquisa científica na área estudada, de modo que as literaturas especializadas em perícia criminal, programas educacionais e em gestão pública venham a se beneficiar com novas experiências e descobertas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. D. (Org.). **Gestão Pública Contemporânea no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2022.

BOTELHO, V. Brasil gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica. **Jornal da USP**, São Paulo, v. 19, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019. **PEC da polícia científica**. Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136804>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Texto para Discussão, n. 2319, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

CERQUEIRA, D. R. C. **Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação**. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 9, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

COSTA, A. R. Da prevenção à investigação: como a filosofia de polícia comunitária pode ser aplicada na Polícia Civil de Goiás. **Qualia: a ciência em movimento**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2020.

DIAS FILHO, C. R.; ANTEDOMENICO, E. A perícia criminal e a interdisciplinaridade no ensino de ciências naturais. **Química nova na escola**, v. 32, n. 2, p. 67-72, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Corpo de Bombeiros Militar. **Edital do Programa Educacional Bombeiro Mirim/PROEBOM - Edição 2024**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2024b. Referência: Processo nº 202300011040076.

GOIÁS. Corpo de Bombeiros Militar. **Formulário de Submissão de Proposta**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2023a. Assunto: Plano de Trabalho do Fundo Protege Goiás/PROEBOM 2024. Referência: Processo nº 202300011026079.

GOIÁS. Corpo de Bombeiros Militar. **Relatório nº 1 / 2024 CBM/BM/8-20210**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2024c. Assunto: Relatório referente a origem dos recursos que custearam o Programa Educacional Bombeiro Mirim - PROEBOM desde 2019. Referência: Processo nº 202400011000343.

GOIÁS. Decreto nº 4.877, de 24 de março de 1998. Institui o programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD-GO). **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, 30 mar. 1998.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. **Plano Plurianual 2024-2027**. Goiás: Governo do Estado de Goiás, 2024d.

GOIÁS. Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003. Institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, 21 jul. 2003.

GOIÁS. Lei nº 19.864, de 11 de outubro de 2017. Institui o Programa Investigador Mirim – PIM na Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, 17 out. 2017.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública 2022-2031**. Goiás: Secretaria de Estado da Segurança Pública, 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Ofício Circular nº 261/2023 - SSP**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2023b. Assunto: Segurança Orgânica – Áreas e Instalações. Referência: Processo nº 202300016036110.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Ofício nº 11733/2024/SSP**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2024a. Assunto: Solicita material referente ao Programa Investigador Mirim. Referência: Processo nº 202400016012630.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Portaria nº 056/SPTC/2020 - SSP**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2020. Assunto: Institui a Identidade Visual da Polícia Técnico-Científica da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás. Referência: Processo nº 202000016018651.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Portaria nº 07/SPTC/2021 - SSP**. Goiânia: Sistema Eletrônico de Informações, 2021. Assunto: Institui a Coordenação de Ensino da Polícia Técnico-Científica (CEPTC). Referência: Processo nº 202100016002774.

GOIÁS. Secretaria Estadual de Educação. **Documento Curricular para Goiás (DC-GO)**. Goiás: Secretaria Estadual de Educação, 2018.

LEITE, R. F. **Programa Educacional Bombeiro Mirim em Águas Lindas de Goiás**. 2014. Plano de Trabalho (Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-Ger), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

LIMA, S. T. C. **O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo como ferramenta para a formação de uma política de educação pública preventiva com objetivo de minimizar o número de acidentes e reduzir o custeio operacional da Corporação**. 2016. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania) Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

LINS, E. C. S. F. **Análise do programa educacional de resistência às drogas e à violência em Pernambuco**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

MAGD, H.; CURRY, A. Benchmarking: achieving best value in public-sector organisations. **Benchmarking: An International Journal**, v. 10, n. 3, p. 261-286, 2003.

MARTELLI, A. *et al.* Análise de Metodologias para Execução de Pesquisas Tecnológicas. **Braz. Ap. Sci. Rev.**, v. 4, n. 2, p. 468-477, 2020.

PEREIRA, L. C. B. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998.

POLÍCIA MILITAR. **Polícia Militar do Estado de Goiás**. PROERD, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, completa 25 anos em Goiás! 2023. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/proerd-o-programa-educacional-de-resistencia-as-drogas-e-a-violencia-completa-25-anos-em-goias/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

POLÍCIA MILITAR. **Polícia Militar do Estado de Goiás**. Projetos Sociais – PROERD. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/proerd/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RATEKE, D. **A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

RAWLINSON, J. G. **Creative thinking and brainstorming**. Routledge, 2017.

RIBEIRO, R. C.; SOUZA, S. C. I. Causalidade entre educação e crescimento econômico: uma revisão da literatura e a contribuição brasileira ao debate. **Economia & Região**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 41–67, 2020.

RODRIGUES, C. V.; SILVA, M. T.; TRUZZI, O. M. S. Perícia criminal: uma abordagem de serviços. **Gestão & Produção**, v. 17, p. 843-857, 2010.

SALES, L. M. M.; ALENCAR, E. C. O.; FEITOSA, G. R. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 281-296, 2009.

SANTOS, A. J.; CRUZ, L. M. Recomposição das aprendizagens na educação básica: estratégias pós-pandemia. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 4, n. 11, p. 1-21, 2023.

SEBRAE. **Ferramenta 5W2H**. 2008. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVA, P. S.; DA ROSA, M. F. Utilização da ciência forense do seriado CSI no ensino de química. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 3, 2013.

TEOLI, D.; SANVICTORES, T.; AN, J. SWOT Analysis. In: **Statpearls**. Treasure Island: StatPearls Publishing, 2019.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, v. 137, p. 7-13, 2020.

ZAGO, Y. B. **A importância da educação no combate ao crime**: como a educação auxilia na descriminalização e ressocialização do preso. 2021. Monografia Jurídica (Curso de Direito), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás.

APÊNDICE A - APLICAÇÃO DO 5W2H

| |
|---|
| <p>SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG COORDENADORIA DE ENSINO COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA</p> |
| <p>PROPOSTA PILOTO - PROGRAMA JOVEM PERITO</p> |

| |
|--|
| <p>PANORAMA (O Que? Por quê? Quando? Onde?)</p> |
| <p>Há intersecção de interesses mútuos e inexplorados entre a Polícia Científica, instituição que abriga profissionais que aplicam ciência de ponta em favor da verdade e da justiça, com o ambiente escolar e acadêmico. Tópicos do conteúdo programático do ensino médio são abordados rotineiramente por policiais cientistas da SPTC, sobretudo peritos criminais e médicos legistas.</p> <p>Ao encarar sua natureza complexa, fica evidente a potência que as investigações forenses, multidisciplinares por definição, evocam ao aprendizado do jovem em formação na educação básica, com especial atenção aos mais vulneráveis da rede estadual de educação goiana. Espera-se instigar o interesse dos aprendentes pelo método científico de produzir conhecimento, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico embasado em evidências, noções basilares de cidadania, ética, civismo e direitos fundamentais. Ainda, servir como revisão e recomposição de aprendizagens, com a SPTC colaborando proativamente para a formação de um cidadão bem instruído, intelectual e emocionalmente, para os desafios da vida adulta e do mercado de trabalho.</p> <p>Os encontros previstos seriam semanais, sendo executados ao longo do 2º, 3º e 4º bimestres letivos (abril-dezembro, a partir de 2025, considerando período de recesso em julho), com um total projetado de 25 reuniões durante o período.</p> <p>Idealmente, o local de realização do programa seria dentro das delimitações da Secretaria Estadual de Educação, de modo que esta proposta seria direcionada tanto à SPTC/SSP, quanto à SEDUC.</p> |

| |
|--|
| <p>ENQUADRAMENTO COM O PPA 2024-2027 (Quanto custa?)</p> |
| <p>Conforme disposto no documento oficial, a presente proposta adequa-se ao Plano Plurianual - PPA 2024-2027 na seguinte classificação: EIXO: GOIÁS SOCIAL OBJETIVO: PROTEÇÃO SOCIAL PROGRAMA: 1052 - JOVENS DE FUTURO</p> |

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: TESOURO (FUNDO PROTEGE) / RECURSOS PRÓPRIOS (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA)

INSTRUTORES, PÚBLICO-ALVO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

(Quem?)

Esta proposta piloto propõe o delineamento geral do Programa Jovem Perito (PJP), onde instrutores advindos da própria SPTC, considerando compensação de carga horária, atuarão em encontros presenciais com a turma, regularmente, aplicando os módulos disponíveis em apostila própria, relativos ao fazer pericial e médico-legal, e associando-os aos conhecimentos dispostos no Documento Curricular de Goiás (DC-GO), com as respectivas habilidades e competências de disciplinas trabalhadas. Os instrutores terão capacitação prévia e específica, devendo atuar como instrutores do PJP preferencialmente em horário ordinário de trabalho.

O público-alvo são estudantes em situação de vulnerabilidade social, cursando a educação básica, etapa ensino médio, na rede estadual de ensino. Por se tratar de um piloto, faz-se necessário, a princípio, a centralização na capital Goiânia, cuja rede é responsabilidade da Coordenadoria Regional de Ensino (CRE Goiânia). Para estar apto a concorrer ao programa, são considerados pré-requisitos:

- Estar regularmente matriculado na rede pública de ensino;
- Estar devidamente registrado no Cadastro Único, do Governo Federal;
- Não estar frequentando outros programas socioeducacionais simultaneamente;
- Ter disponibilidade de frequentar o ambiente utilizado para os encontros no contraturno escolar (período vespertino);
- Apresentação do boletim escolar mais recente, e análise do histórico escolar do ensino fundamental, priorizando alunos de melhor desempenho comprovado nas disciplinas de Ciências Naturais e Matemática.

PROJEÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES ASSOCIADOS

(Como? Por quê?)

Para a avaliação do programa são propostas etapas e níveis específicos, tanto durante como após o desenvolvimento das atividades. No decorrer do programa, o instrutor realizará avaliações formativas com os estudantes, promovendo pequenos ajustes em *feedbacks* positivos. Isso embasa o índice de rendimento individual, obtido em verificações de aprendizagem. Através de avaliação 360°, deve-se mensurar a satisfação dos alunos, em reuniões bimestrais com os pais e responsáveis. Avaliar-se-á taxa de frequência mensal e notas bimestrais do aluno participante, tanto no sentido de orientação do jovem durante o programa, na perspectiva de reforço escolar, como para aferir se há alteração em sua presença na escola, item decisivo no tópico evasão. Findadas as reuniões, haverá o momento das avaliações finais, as quais devem envolver os próprios discentes, em autoavaliação e também coletiva; o corpo docente escolar das principais disciplinas trabalhadas, sendo ouvida a opinião dos professores regulares quanto ao comportamento, interesse, participação e notas do educando nas aulas de sua matéria; os pais dos menores discentes; e, por fim, avaliação

do próprio servidor policial, também em autoavaliação e coletiva, com foco no relato desse instrutor quanto às práticas salutares ou deletérias na aplicação das oficinas.

O objetivo é fornecer uma compilação de dados, os quais receberão tratamento estatístico, a fim de que haja o acompanhamento de tendências ao longo dos anos. Para suplementar tal levantamento, os editais de lançamento do PJP deverão solicitar documentação que capture o perfil socioeconômico e cultural dos participantes, permitindo uma análise mais aprofundada, sempre em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e aos princípios norteadores da Administração Pública.

| DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (Como? Quando?) | |
|---|----------------------------------|
| Disciplinas e Conteúdos | Carga horária / encontros |
| 1. Palestra Institucional Inaugural: Apresentação do programa, regras gerais, acordos coletivos, organização do andamento anual. | 3h / 1 |
| FÍSICA | |
| 2. Cinemática: estática e dinâmica; análise de disco de tacógrafo; cálculos e maquete de acidente de trânsito; identificação veicular; análise balística; análise de segurança estrutural de construções. Laboratório ou seção: SEECTRAN, SEENG, LABAL. | 9h / 3 |
| 3. Óptica: fenômenos ópticos; propriedades da matéria; desenvolvimento tecnológico; máquinas. Laboratório ou seção: Gemologia (LAMERCE), Fotografia, LAPAI. | 6h / 2 |
| 4. Eletromagnetismo: ondulatória; operação de equipamentos (scanner 3D, espectroscópio Raman, tomógrafo, fluorescência de raios-x, drone, MEV, etc). Laboratório ou seção: LAPAI, LINF, CCom. | 6h / 2 |
| 5. Verificação de Aprendizagens e momento de socialização e revisão. | 3h / 1 |
| QUÍMICA | |
| 6. Química orgânica e inorgânica: separação de misturas; uso de reagentes e testes rápidos; ação do luminol; estrutura da matéria; monitoramento e conservação ambiental. Laboratório ou seção: Gemologia (LAMERCE), LAQT, LADOC, LA AE, SELCA. | 12h / 4 |
| 7. Drogas: funcionamento no organismo; usos histórico-culturais; o risco à saúde e dependência química; cuidados na reabilitação; apresentação de outros materiais nocivos e objetos estranhos que são acrescentados às porções de drogas. | 9h / 3 |

| | |
|---|---|
| Laboratório ou seção: LAQT, LANARC, Psicologia Forense (IMLAT). | |
| 8. Verificação de Aprendizagens e momento de socialização e revisão. | 3h / 1 |
| BIOLOGIA | |
| 9. Meio ambiente: crime ambiental; gestão de resíduos e efluentes; biorremediação; monitoramento ambiental, preservação e agrotóxicos. Laboratório ou seção: SELCA, LAAE, IML-Vet. | 6h / 2 |
| 10. Saúde e medicina legal: apresentando as seções do IML; IML-Vet; entomologia forense; hematologia (ver o próprio sangue no microscópio); Laboratório ou seção: IMLAT, IML-Vet, SEBIO (LBDF). | 6h / 2 |
| 11. Genética: DNA; identificação de perfis genéticos; técnicas de coleta de material biológico. Laboratório ou seção: LBDF. | 6h / 2 |
| 12. Verificação de Aprendizagens e momento de socialização e revisão. | 3h / 1 |
| 13. Fechamento e finalização do Programa. | 3h / 1 |
| Carga horária total do curso | h/a / encontros 75h/a - 25 |

Obs.: os alunos teriam aulas semanais (período vespertino, com duração estimada em três horas e meia, considerando intervalo), em dia da semana a definir de acordo com o espaço da SEDUC, considerando previsão de visitas técnicas e/ou palestras extraordinárias.

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TCLE BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012**

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é um diagnóstico para a implementação de um programa educacional no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás, e está sendo desenvolvida pela discente ANA PAULA MIOTI GRILO, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública – em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, sob a orientação da Professora Ma. Sophia Wieczorek Lobo. O objetivo do estudo é realizar um diagnóstico acerca da viabilidade de implantação do “Programa Jovem Perito”, à luz dos princípios da Gestão Pública Contemporânea, e a partir da análise das boas práticas já adotadas pelas forças de segurança coirmãs em seus programas socioeducacionais.

Solicitamos a sua colaboração para participar da sessão de brainstorming, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) sr(a). a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa através do seguinte contato:

ANA PAULA MIOTI GRILO
(62) 99929-4077
anamioti90@gmail.com - anapmg@policiacientifica.go.gov.br

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Você é maior de 18 anos? Se sim, leu o Termo de Consentimento Livre e esclarecido relatado acima, aceitando participar da pesquisa de forma voluntária e anônima?

() Sim, sou maior de 18 anos, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar da pesquisa.

() Não, não sou maior de 18 anos, não li o termo ou não aceito participar da pesquisa.

Goiânia, ___ de _____ de 20__.
